

A REVISÃO DE TEXTOS COMO MEDIADORA DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Maria Aparecida Cardoso SANTOS³¹

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo apresentar o trabalho do revisor de textos acadêmico-científicos à luz de alguns pressupostos da Teoria da Comunicação e da Linguística Textual. Partindo de conceitos como emissor, receptor, canal, mensagem, código, ruído, texto, textualidade, contexto, intencionalidade e aceitabilidade, apresentamos o trabalho de revisão de texto como um trabalho de mediação entre o autor e o leitor visando à produção do sentido que consiste na elaboração de um texto claro e eficiente do ponto de vista da comunicação no processo de interação que se estabelece entre aquele que escreve o texto e aquele que vai lê-lo.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria da Comunicação. Linguística Textual. Sentido. Revisão Textual.

Introdução

Propomos, no presente trabalho, uma breve reflexão sobre a importância e as atribuições do revisor de textos no que concerne à construção do sentido pretendido pelo autor.

Convém, todavia, anunciar desde já que ao falar de revisor e de autor, nos referimos ao revisor e ao autor de textos acadêmicos, isto é, fazemos referência àquele texto cuja circulação encontra-se circunscrita ao âmbito da universidade e cuja especificidade é a divulgação de todos os processos que envolvem a pesquisa acadêmica em qualquer área do conhecimento.

31 UERJ – Instituto de Letras – Departamento de Letras Neolatinas/ FSB-RJ – Faculdade de Filosofia. Membro do Grupo de Pesquisa Semiótica, Leitura e Produção de Textos - SELEPROT (CNPq). Membro do Grupo de Pesquisa Italianística (CNPq). Revisora de Textos. Editora-chefe da Revista Italiano UERJ. Endereço para correspondência: Rua Garcia Redondo, 84 Bloco 2 aptº 702 - Cachambi – Cep:20.775-170 – Rio de Janeiro / RJ - Brasil. E-mail: aparecida.cardoso@yahoo.it

Nossa escolha parte da observação de que, muito embora hoje em dia exista já uma certa quantidade de trabalhos voltados para a revisão de textos, de um modo geral, esses trabalhos ainda se concentram nos textos produzidos em sala de aula e na interação que o processo de revisão pode estabelecer entre o professor e o aluno³². Alguns outros trabalhos questionam o fato de a legislação permitir o monopólio do jornalismo no trabalho de revisão de texto (ROCHA, 2012) ou a relação entre a leitura e a revisão de textos no que concerne à detecção de erros (MAGALHÃES e LEITE, 2014). Poucos tratam desse processo aplicado ao texto acadêmico, também chamado de científico, e quando o fazem abordam o processo pelo viés específico da revisão aberta em processo de editoração colaborativa tendo como base o surgimento da web 2.0 (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 2011) ou da importância da revisão cega por pares (COTÉ, 2014).

Convém ainda esclarecer que nosso embasamento teórico se assenta em parte na linguística textual e em parte na teoria da comunicação (doravante indicadas pelas siglas LT e TC) pelo fato de que essas duas áreas do conhecimento estão diretamente vinculadas a dois processos relacionados à produção acadêmica, a saber: a escrita de uma mensagem (nesse caso o texto acadêmico) e a comunicação dessa mensagem a um determinado público.

Por fim, ao abordarmos aquilo que chamamos de *o papel do revisor de textos*, pretendemos tecer algumas considerações de natureza prática a respeito da atividade de revisão textual e apontar características que julgamos fundamental destacar, qual seja: o fato de o revisor de textos atuar como uma espécie de mediador entre o autor (ou emissor, ou enunciador), e o seu público leitor, o receptor do texto acadêmico.

Teoria da comunicação, linguística textual e revisão de textos

1. Teoria da comunicação: princípios essenciais

O objetivo de toda comunicação é a transmissão de uma mensagem. Para que essa transmissão ocorra, é necessária a presença de alguns elementos, a saber:

32 Uma rápida pesquisa no portal de periódicos da CAPES corrobora essa afirmação.

- **Emissor:** também chamado de destinador, é aquele que emite a mensagem, aquele do qual parte a comunicação. No caso específico da produção textual, é o autor do texto.

- **Receptor:** também chamado de destinatário, é aquele que recebe a mensagem, podendo ou não compreendê-la. No contexto em tela do presente trabalho, o receptor é o leitor.

- **Mensagem:** é o conteúdo do texto, ou de qualquer outro tipo de informação.

- **Canal:** o meio através do qual a mensagem circula. No caso específico do assunto abordado aqui, assumimos como canal o livro ou revista – meio gráfico, virtual ou impresso – em que o texto é publicado.

- **Código:** “é um conjunto de signos e regras de combinação destes signos; o destinador lança mão dele para elaborar sua mensagem (esta é a operação de *codificação*). O destinatário identificará este sistema de signos (operação de *decodificação*) se seu repertório for comum ao do emissor” (Vanoye, 1983, p. 16). Cumpre lembrar que o código possui uma função ordenadora que consiste em limitar a possibilidade de escolhas dentro de um repertório, diminuindo, conseqüentemente, o grau de entropia de um sistema comunicacional. Em outras palavras, quanto maior o número de possibilidades de escolha para informar alguma coisa a alguém, maior a probabilidade de ocorrer um certo tipo de caos ou entropia, no que concerne ao ordenamento das ideias e, assim, maior a dificuldade de comunicação. Enquanto elemento limitador, o código atua no sentido de ordenar os paradigmas de escolha fazendo com que a comunicação aconteça de modo eficaz. De uma maneira simples, pode-se dizer o seguinte: o autor tem a possibilidade de escrever em várias línguas, mas deve fazê-lo utilizando-se do mesmo código linguístico do seu leitor, pois de nada adianta escrever em francês para um público leitor do italiano, por exemplo. Além disso, é preciso ter em mente que o seu discurso deve estar adequado ao público-alvo inclusive no que concerne ao conhecimento e ao uso dos jargões.

- **Referente:** é o contexto e a situação aos quais a mensagem faz referência.

Ainda segundo Vanoye (1983, p.18), existem dois tipos de referentes, a saber:

- o *referente situacional*, constituído pelos elementos da situação do emissor e do receptor e pelas circunstâncias de transmissão da mensagem.

Assim é que quando uma professora dá a seguinte ordem a seus alunos:

‘coloquem o lápis sobre a carteira’, sua mensagem remete a uma situação espacial, temporal e a objetos reais.

– o *referente textual*, constituído pelos elementos do contexto linguístico.

No caso do texto técnico-científico, é possível afirmar que este tipo de texto tanto possui um referente textual, isto é, centrado no texto em si, sem nenhuma referência explícita à situação na qual se encontram o emissor/autor e o receptor/leitor, quanto um referencial situacional.

Como todo esse esquema voltado à explicação do processo de comunicação envolve o conceito de informação, é preciso que se diga que a informação “é a medida de uma possibilidade de escolha na seleção de uma mensagem (...). [Ela] representa a liberdade de escolha que se tem ao construir uma mensagem” (ECO, 1976, p. 13).

Essa liberdade de escolha relaciona-se, de algum modo, à intenção de convencimento do destinatário presente também neste tipo de produção textual uma vez que, partindo do que postula Berlo (1999), existe uma intenção persuasiva em todo processo comunicativo. Em outras palavras, assim como o objetivo da comunicação é persuadir, convencer, convocando alguém a compartilhar, ou no mínimo, aceitar nosso ponto de vista a respeito de algo, também o autor de textos acadêmicos pretende, por meio de seus textos, obter a aceitação de seus pares a respeito da pertinência e da validade de seus argumentos.

Com efeito, todo autor que aceita enviar artigos a uma revista especializada está convicto da relevância de suas ideias e as expõe, a fim de que outros venham a partilhar do seu ponto de vista. Isto ocorre porque todos “nós nos comunicamos para influenciar – para influenciar com intenção” (BERLO, 1999, p. 12). Tal intencionalidade é a um só tempo o objetivo e o mecanismo que engendra o ato comunicativo. Desse modo, a questão de que a comunicação possui um objetivo, uma intenção fica claramente estabelecida.

O mecanismo que envolve tanto o interesse de divulgação quanto a necessidade de persuasão se estrutura a partir de esquemas comunicativos amplamente analisados e discutidos por pesquisadores e autores como Claude Shannon, William Weaver, Umberto Eco e Eduardo Neiva.

Neiva (1991) destaca em seus estudos o modelo comunicacional de Shannon e Weaver: dois engenheiros de telecomunicações e pesquisadores cujos trabalhos tinham por escopo elaborar um modelo intelectual que fosse capaz de explicar a transmissão correta e precisa das mensagens. É ainda Neiva que aponta para o modelo proposto por

Eco, cuja formulação seria mais adequada à comunicação humana, por levar em consideração alguns aspectos que não podem e não devem ser deixados de lado quando se trata desse tipo de comunicação. Tais aspectos, afirma Neiva (1991, p. 89), permitem a percepção de que “a transmissão e a recepção de mensagens tornam-se mais complexas, especialmente porque a ambiguidade, a imprecisão, as pressuposições, a qualidade de ser vago não estão ausentes do processo: podem ser até conscientemente usados para propósito de engano, manipulação e encobrimento”.

No modelo Shannon-Weaver, considera-se a existência dos seguintes elementos: *fonte de informação, transmissão, canal, receptor, destino*. No canal, estaria a fonte do ruído que perturba a comunicação. Já o modelo proposto por Eco organiza-se em torno dos seguintes itens: *emissor, mensagem codificada, canal, mensagem como fonte de informação e/ou de expressão, destinatário, texto interpretado*. Mesclando-se os dois esquemas, é possível estabelecer o seguinte plano de equivalência centrado em um modelo mais genérico: a fonte de informação e o emissor correspondem ao emissor ou codificador; o canal – presente nos dois esquemas - é o meio pelo se transmite a mensagem; o receptor equivale ao destinatário, que é aquele que recebe a mensagem e desempenha a função de decodificá-la.

A distinção entre os dois esquemas em foco se estabelece da seguinte forma: enquanto Shannon e Weaver incluem os conceitos de transmissão e destino que representam, respectivamente, o início da atividade comunicativa e o local aonde a mensagem deverá chegar e que não se confunde necessariamente com o ser humano, Eco acrescenta os conceitos de mensagem codificada, mensagem como fonte de informação ou interpretação e texto interpretado, o que torna seu esquema mais adaptado à comunicação humana que contém as ideias de contexto, de circunstância e de conteúdo. Ambos os esquemas, entretanto, consideram o pressuposto básico da codificação, do canal e da decodificação como elementos primordiais ao propósito comunicativo.

A respeito do canal, sabe-se, conforme dito anteriormente, que ele também pode ser fonte de ruído. Desse modo, convém ressaltar que ruído é tudo o que dificulta a comunicação eficaz de uma mensagem. No caso de uma transmissão radiofônica, o ruído pode ser um chiado oriundo da má sintonia que dificulta a audição e, portanto, a compreensão da mensagem. No caso do texto escrito, esse ruído pode ser provocado por diversos fatores como: a escolha inadequada dos itens léxicos, a existência de períodos muito longos, de concordâncias inadequadas, de traduções mal feitas, ou, ainda, da falta

de conhecimento – por parte do receptor ou destinatário – dos códigos e do contexto que perpassam a composição da mensagem. Como exemplo desse ruído textual podemos imaginar um contexto em que um leitor brasileiro, que não leia em nenhuma outra língua além do português, veja-se diante de uma citação em língua diferente do português. Nesse caso, o desconhecimento da língua estrangeira pode dificultar a compreensão da mensagem impedindo que a comunicação se complete. Outro tipo de ruído textual pode ser verificado quando o leitor desconhece o contexto e a circunstância em que o texto foi produzido.

A esse respeito, Eco (1991, p. 127) observa que contexto e circunstância dinamizam a compreensão do papel desempenhado pelo código na comunicação uma vez que

o cruzamento das circunstâncias e das pressuposições entrelaça-se com o cruzamento dos códigos e dos subcódigos, fazendo de cada mensagem ou texto uma forma vazia a que se podem atribuir vários sentidos possíveis. A mesma multiplicidade dos códigos e a indefinida variedade dos contextos e das circunstâncias faz com que a mesma mensagem possa ser decodificada de diversos pontos de vista e com referência a diversos sistemas de convenções. A denotação de base pode ser entendida como o emissor queria que fosse entendida, mas as conotações mudam simplesmente porque o destinatário segue percursos de leitura diversos dos previstos pelo emissor.

Em outras palavras, a mensagem é o que o seu autor quer dizer mais o que o seu receptor compreender. Desta forma, desconsiderar a atuação do contexto implica ignorar o uso tentando situar a dinâmica comunicativa em um espaço de regras estáticas.

Cumpra ainda destacar que, embora não estando presente nos dois esquemas apresentados anteriormente, é necessário que se inclua no processo comunicativo o conceito de *código* que, por sua vez, evoca a ideia de *sistema*. De acordo com Neiva (1991, p. 86 ss), o código é

um sistema de regras que discrimina os elementos do sistema, estabelece as correspondências formadoras dos significados dos termos e prevê que respostas prováveis teremos quando da emissão da mensagem (...). As mensagens, regidas por códigos, comunicam informações. O código é condição de qualquer ato comunicativo que, sempre, pressupõe dois termos (...). De um lado, aquele que quer transmitir a mensagem coloca-a num código, enquanto quem a recebe decodifica-a.

Sabatini (1994, p.28) apresenta o código como sendo

O acordo em cuja base se estabelecem os significados dos diversos sinais (...); essa palavra significa exatamente ‘acordo, convenção, regra estabelecida

por alguém'. Estas regras, estabelecidas pelos homens a fim de compreenderem-se, são respeitadas; podem, certamente, ser modificadas, mas, nesse caso, serão necessárias novas regras a fim de que não se comprometa a compreensão. Toda linguagem que realmente funcione deve estar fundamentada sobre um código, isto é, um conjunto de regras (...)³³.

No que concerne especificamente ao uso da linguagem, que é um código, convém observar que, não obstante tenhamos, por exemplo, a gramática para orientar quanto a certos aspectos estruturais de uma língua, o uso pode determinar e até consagrar uma variação ao que preconiza a norma, ou seja, norma e possibilidades de uso devem ser consideradas não apenas durante a produção de um texto, bem como durante a revisão. Assim, o revisor deve estar atento aos objetivos do autor, ao uso do código e à presença de possíveis ruídos.

Interessa-nos, portanto, a partir desse momento, abordar alguns princípios da LT a fim de, posteriormente, apresentar algumas considerações sobre o processo de revisão textual, destacando a atenção que o revisor deve ter com algumas questões com as quais irá se deparar, a saber, a intenção comunicativa, o contexto e as circunstâncias da produção do texto a ser revisado. Em outras palavras, ao se encontrar diante do texto que lhe cai em mãos para revisar, o revisor lidará não apenas com letras, palavras e frases, mas com problemas relevantes que o conduzirão a indagações-chave como: que texto é aquele, a quem se destina, qual o seu objetivo, de que estruturas o autor lança mão para apresentar seus argumentos, e se, do ponto de vista de alguns pressupostos da LT, ele está aceitável, coerente, coeso e claro.

2. Linguística textual: identificando alguns conceitos fundamentais

Como toda ciência que cuida da comunicação humana e dos meios pelos quais ela se estabelece, a LT está em constante diálogo com a TC e também com a análise do discurso (AD) e cada uma delas tem contribuições muito importantes no que diz respeito ao trabalho com o texto em quaisquer das formas como ele se apresente.

33 l'accordo in base al quale si stabiliscono i significati dei diversi segnali (...); questa parola significa proprio 'accordo, convenzione, regola stabilita da qualcuno'. Queste regole, stabilite dagli uomini per capirsi, vanno rispettate; si possono certamente cambiare, ma allora, bisogna stabilire delle nuove [regole] altrimenti viene a mancare la comprensione. Ogni linguaggio che veramente funzione deve essere fondato su un codice, cioè una serie di regole (...).

Todavia, aquilo que mais nos interessa nesse momento é partir dos conceitos mais caros à LT naquilo que concerne ao texto e à textualidade, a saber, de coesão, coerência, fatores pragmáticos e sentido.

No presente trabalho, entretanto, limitaremos nossas considerações apenas aos conceitos de *texto, textualidade, contexto, intencionalidade e aceitabilidade*, visando a demonstrar sua importância para o revisor. O trabalho de revisão não se limita apenas a buscar problemas que podem ser resolvidos com uma rápida consulta à gramática normativa, ao dicionário ou ao vocabulário ortográfico, mas se estende à necessidade de identificar e tentar reelaborar trechos do texto que dificultam a compreensão.

Gostaríamos de deixar claro desde já que não temos a intenção de contrapor teorias, porque nosso interesse consiste em apresentar um cabedal teórico importante que seja útil ao revisor de textos. A atividade de revisão tem sido realizado por “curiosos” que partem de uma premissa falsa de que basta conhecer uns poucos pontos de gramática para que se possa proceder à revisão de textos. Tampouco intencionamos fazer críticas à gramática cujo conhecimento não pode ser dispensado. Queremos, antes, estabelecer que o trabalho de revisar textos implica compreender que o texto é um meio de comunicação que envolve os processos de emissão, recepção, codificação e decodificação, cujo resultado é a compreensão. Sem estes, a concepção de texto não ultrapassa o limite da frase, portanto não atinge o que Val (1997, p.3) chama de *textualidade* e define como “conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases”. A concepção de texto e de textualidade apresentada por Val encontra eco em outros autores que tomam o texto como seu objeto de análise ou de definição.

Para Matthews (1997, p. 376), por exemplo, o sentido de texto foi ampliado pelos linguistas no sentido de cobrir uma extensão coerente da fala e da escrita.

Barros (1994) apresenta o texto como o elemento que estabelece a comunicação entre dois sujeitos e identifica o seu lugar como sendo aquele dos objetos culturais presentes em uma sociedade de classes com formações ideológicas específicas. Nesse sentido, o texto não pode ser dissociado de certo contexto sociohistórico que o envolve e que é fundamental para a compreensão do seu sentido.

Fávero e Koch (1988) também destacam o papel do contexto situacional para a compreensão do texto de modo que se torna possível compreender que o contexto, é um dos fatores preponderantes no estabelecimento da coerência e, portanto, do sentido do texto.

Outros autores como Lyons (1995) e Carter (1996) também tratam da importância do contexto na produção do texto cujo conteúdo será compreendido de maneira mais eficiente se o autor e o leitor compartilharem visões e experiências de mundo minimamente próximas.

Fica claro, pois, que textualidade e contexto são elementos fundamentais para que o texto, além de ser produzido, possa circular e cumprir sua proposta comunicativa.

Conhecer o contexto de produção e circulação de um texto é, portanto, um dado essencial para a sua aceitação dentro daquilo que Beaugrande e Dressler (1994) chamaram de aceitabilidade ao discutirem os fatores pragmáticos do texto.

Ao analisarem as condições de textualidade, Beaugrande e Dressler enumeram cinco fatores com sendo importantes partícipes no processo de construção textual, a saber: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade. Todos esses elementos estão relacionados entre si e não se pode dizer que haja um que seja mais importante do que o outro. Todavia, conforme anunciamos anteriormente, tomaremos apenas os dois primeiros – intencionalidade e aceitabilidade – e sua importância na elaboração dos textos acadêmico-científicos para, finalmente, abordarmos o papel do revisor de textos.

A intencionalidade se relaciona ao interesse que o autor tem em produzir um texto coeso, coerente e capaz de atingir seus objetivos comunicativos na veiculação de uma determinada mensagem. O objetivo varia conforme o texto que se produz. No caso do texto acadêmico-científico, o objetivo é aquele de produzir e fazer circular o conhecimento em uma determinada área de conhecimento por meio da apresentação de resultados parciais ou finais de pesquisas, por exemplo.

A aceitabilidade, por sua vez, diz respeito à postura que o receptor do texto tem considerando-se suas expectativas em relação à clareza e a coerência da mensagem. Em outras palavras, o leitor do texto acadêmico-científico busca, segundo seus interesses, ampliar ou aprimorar seus conhecimentos em uma determinada área com o objetivo de embasar sua prática profissional ou de desenvolver sua pesquisa.

Postulamos que intencionalidade e aceitabilidade são duas faces da mesma moeda uma vez que entre o autor e o leitor será estabelecida uma espécie de acordo de cooperação por meio do qual a intenção do autor será sancionada pela aceitação do leitor. No momento em que esse acordo se estabelece, o leitor passa a dar crédito ao texto do autor cooperando com ele na atribuição de sentido por meio de justificativas de intencionalidade. Compreender essa dinâmica é fundamental para o revisor de texto

uma vez que esse tipo de cumplicidade estabelecido entre o autor e o leitor faz com que seja necessário ter cuidado para evitar afirmações categóricas sobre falta de sentido.

O revisor deve ter sensibilidade para realizar seu trabalho sem interferir na intenção que o autor supostamente teve visando a um público-alvo específico. Essa sensibilidade deverá conduzi-lo ao discernimento não sobre o que fazer, mas, sobretudo o que não fazer, quando não fazer e por que motivo não fazer, visando a certo grau de excelência como medida para o seu trabalho.

3. O Revisor de textos: do autor ao leitor, um trabalho de mediação

No seu trabalho com textos, é preciso que se diga que o revisor não é um crítico, um analista, um censor ou um guardião do “bem escrever”. Ele é, antes, um facilitador da comunicação entre o emissor e o receptor da mensagem que passa, necessariamente, por um canal ou veículo que, no caso particular deste trabalho, são as revistas de produção acadêmica. Sua função consiste em anotar e apontar os problemas que possam comprometer a comunicação. Cabe ao revisor, esse profissional dos bastidores, ser suficientemente equilibrado e sensato para saber reconhecer as variadas modalidades de texto e o rigor que deve utilizar ao revisar cada uma delas. Entretanto, que esse equilíbrio e essa sensatez não se transformem em sinônimo de falta de critério, visto que há sempre um mínimo de norma a ser observada. O texto é comunicação e, como tal, deve estar o mais que possível livre de elementos “poluidores” que possam provocar a entropia e o conseqüente ruído que dificulta, ou mesmo impede, a comunicação. Ao revisor de textos cabe, de acordo com as premissas da teoria da comunicação, eliminar, ou ao menos reduzir, a entropia no sentido de evitar um congestionamento do canal que seja prejudicial à comunicação que um emissor pretende estabelecer com um receptor. O revisor é um sinalizador que aponta sem interferir, sobretudo quando o assunto sai do plano linguístico para o campo do conteúdo. Nesse sentido, pode-se dizer que o revisor atua como um desobstruidor do canal, liberando-o daquilo que pode provocar entropia ou ruído.

No plano da LT o revisor de textos deverá orientar seu trabalho com cautela para a observação dos fatores pragmáticos – especialmente, no caso específico do presente trabalho, a intencionalidade e a aceitabilidade - que, ao lado da coesão e da coerência,

garantem legibilidade ao texto. No que concerne mais especificamente às normas gramaticais, é preciso que o revisor saiba usá-las em favor do texto e da textualidade.

Nesse sentido, torna-se importante explicitar que o revisor não possui liberdade irrestrita para modificar o texto, uma vez que, independentemente do seu conhecimento linguístico e da sua experiência profissional, existe o acordo de cooperação de que falamos anteriormente. Revisor e autor devem trabalhar cooperativamente para garantir (ou minimizar as dificuldades) de compreensão do texto. Nesse sentido, é fundamental que o revisor não caia na tentação de se considerar um especialista em tal ou qual área mesmo que o seu trabalho lhe possa facultar o desenvolvimento de ampla cultura.

Convém ao revisor observar que o texto é um todo que envolve, a um só tempo, *contexto, intencionalidade e aceitabilidade*, além de outros mecanismos garantidores de clareza, de legibilidade, de sentido. Cabe, pois, ao revisor atuar auxiliando o autor a atingir sua meta de fundamentar/demonstrar uma teoria, um princípio, uma experiência.

Nesse sentido, cabe a ele estar atento às orientações da LT que visam a identificar um texto como um texto; especialmente porque o texto científico deve ser preciso, conciso, objetivo e claro, a fim de comunicar com eficácia desde o andamento ou o resultado de uma pesquisa até a criação ou revisão de conceitos teóricos pertinentes à área à qual pertence.

Unindo a TC à LT, o revisor deverá fazer movimentos constantes, ora colocando-se no lugar do autor-emissor, ora no lugar do leitor-receptor, cuidando de evitar excessos que prejudiquem a comunicação, burilando elementos que comprometam a clareza, a coerência e a coesão do texto, e apontando para o excesso de informação que quase sempre prejudica a comunicação. Em outras palavras, ao revisor caberá atuar no sentido de evitar o ruído na comunicação, sempre levando em consideração o contexto da produção textual e fazendo com que a comunicação entre autor e público-alvo seja eficiente.

É nesse movimento que se encontra o seu trabalho de mediação cujo objetivo último é manter o equilíbrio da tríade autor-contexto-leitor.

Como exemplo do trabalho de mediação, apresentamos três pequenos fragmentos em sua forma original. Em cada um dos originais destacamos as partes que comprometiam, de algum modo, a mensagem a ser comunicada. Logo a seguir fornecemos as sugestões de alteração oferecidas aos autores e que, no momento da revisão, foram as que nos pareceram mais adequadas. Evidentemente, cada revisor poderia dar uma resposta diferente à questão, indicando opções distintas de

reestruturação. Contudo, nosso objetivo não é discutir as inúmeras possibilidades organizacionais existentes, mas tão somente exemplificar concretamente a importância da revisão como um trabalho de mediação. Senão vejamos:

<u>Fragmento 1</u>	<u>Texto sugerido</u>
Desde tempos imemoriais as montanhas <i>tem</i> sido consideradas o trono dos deuses, cercadas <i>em mistério</i> - especialmente <i>dos deuses e poderes brilhantes e celestiais</i> , a quem os homens observavam <i>de abaixo, que miravam aos homens</i> , abençoando-os.	Desde tempos imemoriais, as montanhas, cercadas de mistério, têm sido consideradas o trono dos deuses, especialmente dos deuses de poderes brilhantes e celestiais, a quem os homens observavam de baixo. Tais divindades olhavam para os homens, abençoando-os.

<u>Fragmento 2</u>	<u>Texto sugerido</u>
A caracterização dos <i>mesmos</i> chega <i>mesmo</i> ao requinte, de <i>identificá-los em seus diferentes graus de periculosidade, preço, características físicas dos prostitutas (...)</i> . <i>Além disso</i> , o turismo oficial atua através de agências de viagens, especificamente, para atender a grupos minoritários, caso dos homossexuais, que procuram tais serviços até mesmo no caso da prostituição, no sentido de obter informações, fato já encontrado nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sem falar nas revistas especializadas que apresentam matérias e pequenos guias de informações.	Além disso, o turismo oficial, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, conta com a atuação de agências de viagens cuja clientela é constituída por grupos minoritários (neste caso os homossexuais) que, às vezes, buscam informações sobre serviços de prostituição apresentados em revistas ou pequenos guias especializados.

<u>Fragmento 3</u>	<u>Texto sugerido</u>
Esta pescaria inicia com um ritual mágico, para atrair os peixes, <i>onde pescam com varas na beira do rio matando os que foram fígados</i> . <i>Em seguida</i> são assados na brasa. <i>Em seguida</i> , homens colhem galhos para trançar um arrastão. Os peixes <i>são forçados</i> a cair na rede e fora da água são mortos com machados, tendo sua pele retirada na areia e a carne cortada para ser <i>transportado</i> .	Esta pescaria é iniciada com um ritual mágico, no qual os homens colhem galhos para trançar um arrastão e pescar os peixes. Em seguida, os peixes capturados são mortos com machados e descamados ainda na areia. Por fim sua carne é cortada para ser transportada.

Conclusão

Buscamos nesse trabalho apresentar o trabalho do revisor de textos acadêmico-científicos. A meta é aperfeiçoar a estruturação textual para favorecer a construção do sentido. Buscou-se a orientação de alguns pressupostos da TC e da LT, centrando-nos no fato de que a relação estabelecida entre o revisor e o texto acadêmico é um campo ainda pouco explorado. Com efeito, em breves pesquisas feitas no portal de periódicos da CAPES ou no site do Banco de Dissertações e Teses, deparamo-nos muito mais com estudos voltados para a análise de textos escolares dos ensinos Fundamental e Médio.

Do ponto de vista da TC, trabalhamos com os conceitos de *emissor, receptor, mensagem, canal, ruído e código* para identificar problemas que comprometem a transmissão de uma mensagem clara. Do ponto de vista da LT, centramo-nos nos conceitos de *texto, textualidade, contexto, intencionalidade e aceitabilidade* para indicar alguns dos elementos primordiais ao ato comunicativo.

Do ponto de vista do revisor, partimos do fato de que a produção textual envolve conceitos que devem estar presentes tanto no ato de produção quanto no de revisão. Nesse sentido, buscamos demonstrar que o revisor não é apenas um leitor, mas o mediador que busca adequar o pensamento do autor ao conhecimento do mundo do leitor, ora colocando-se no lugar deste, ora no lugar daquele. Tal mediação deverá ser realizada com base em conhecimentos teóricos de ordem gramatical e extragramatical a fim de unir, quando o autor não o faz, os conceitos mais caros tanto à TC quanto à LT viando sempre à construção do sentido que é a finalidade de toda produção textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barros, Diana Luz Pessoa de. 1994. *Teoria semiótica do texto*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- Beaugrande, Robert-Alain de; Dresler, Wolfgang Ulrich. 1994. *Introduzione alla linguistica testuale*. Bologna: Il Mulino.
- Berlo, David K. 1999. *O processo da comunicação – Introdução à teoria e à prática*. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Carter, Ronald *et al.* 1997. *Working with texts – a core book for language analysis*. London: Routledge.

Coté, Robert A. 2014. Peer Feedback in Anonymous Peer Review in an EFL Writing Class in Spain. *Gist: Revista Colombiana de Educación Bilingue*, Issue 9, p. 67-87.

Eco, Umberto. 1976. *A estrutura ausente*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva.

_____. 1991. *Tratado geral de semiótica*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva.

Fávero, Leonor Lopes; Koch, Ingedore G. Villaça. 1988. *Linguística textual: introdução*. 2.ed. São Paulo: Cortez.

Leite, Délia Ribeiro; Magalhães, José Olímpio. 2014. O movimento dos olhos na detecção de erros em textos: leitura e revisão. *Signo*, vol. 38, Iss 0, p. 184-201.

Lyons, John. 1995. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Matthews, PH. *Concise dictionary of linguistics*. 1997. New York: Oxford University Press.

Neiva, Eduardo. 1991. *Comunicação, teoria e prática social*. São Paulo: Brasiliense.

Rocha, Harrison Da Vieira. 2012. *Um novo paradigma de revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade* - Universidade de Brasília, Brasília. 2012. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Doutorado em Linguística.

Sabatini, Francesco. 1994. *La comunicazione e gli usi della lingua*. 2.ed. Torino: Loescher.

Teixeira, Juliano Machado; OLIVEIRA, Jose Palazzo Moreira De. 2011. *Editoração colaborativa e revisão aberta de textos científicos* (Collaborative Writing and Open Review of Scientific Papers), 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Informática. Programa de Pós-graduação em Computação.

Val, Maria da Graça Costa. 1997. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes.

Vanoye, Francis. 2002. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes.